

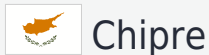
[Página Principal](#) > ... > [Processos Judiciais](#) > [Videoconferência](#) > [Produção de Prova Por Videoconferência](#) Cyprus

## Produção de prova por videoconferência

Conteúdo fornecido por



European Judicial Network  
(in civil and commercial matters)



**1 É possível a obtenção de provas através de videoconferência com a participação de um tribunal do Estado-Membro requerente ou diretamente por um tribunal desse Estado-Membro? Em caso afirmativo, quais são os procedimentos ou as legislações nacionais aplicáveis?**

Podem ser obtidas provas por videoconferência com a participação do tribunal do Estado requerente ou diretamente pelo tribunal desse Estado-Membro. Quando são obtidas provas com a participação do tribunal pelo Estado requerente, aplicam-se as normas do processo civil. Quando a secretaria do tribunal recebe esse pedido, o processo é atribuído a um juiz, que atua na qualidade de examinador e assegura que o processo de obtenção de prova é realizado de acordo com as regras nacionais. O juiz ordenará que a testemunha seja citada em pessoa e fixará uma data específica para a comparência da pessoa/testemunha em tribunal.

**2 Há restrições quanto ao tipo de pessoas que podem ser ouvidas por videoconferência? Por exemplo, esta possibilidade destina-se apenas às testemunhas ou podem ser ouvidas da mesma forma outras pessoas, como peritos ou as partes?**

Não existem restrições, uma vez que qualquer testemunha pode ser ouvida por videoconferência. Aplicam-se as normas do processo civil.

**3 Quais são as restrições existentes, se as houver, quanto ao tipo de provas que podem ser obtidas através de videoconferência?**

Não existem restrições quanto ao tipo de provas que podem ser obtidas por videoconferência. Aplicam-se as regras do processo civil.

Quando o pedido implicar a obtenção de provas pelo tribunal requerido (artigos 12.º a 14.º do regulamento), a testemunha/pessoa terá de comparecer em tribunal para ser ouvida por videoconferência. O interrogatório é realizado numa sala de audiências devidamente equipada para fins de videoconferência, estando presentes profissionais das TI para garantir que a videoconferência decorre sem problemas.

**4 Há restrições relativas ao local onde a pessoa pode ser ouvida através de**

## videoconferência, ou seja, o procedimento tem de ter lugar no tribunal?

O quadro processual existente não permite a gravação da videoconferência, mas são conservadas atas pormenorizadas das diligências.

a) Se o depoimento da testemunha for obtido em nome do tribunal requerente, a audição realiza-se em grego com a presença de um intérprete, que traduz para a língua da testemunha.

## 5 É permitido gravar as audições através de videoconferência e, em caso afirmativo, existe o equipamento necessário?

O quadro processual existente não permite a gravação da videoconferência, mas são conservadas atas pormenorizadas das diligências.

## 6 Em que língua se deve realizar a audição: a) quando são apresentados pedidos nos termos dos artigos 12.º a 14.º do Regulamento Obtenção de Provas e b) quando há obtenção de provas diretamente, nos termos dos artigos 19.º a 21.º do Regulamento Obtenção de Provas?

a) Se o depoimento for obtido em nome do tribunal requerente, a audição realiza-se em grego com a presença de um intérprete, que traduz para a língua da testemunha.

b) Se o depoimento for obtido diretamente pelo tribunal requerente, a audiência realiza-se na língua do tribunal requerente.

## 7 Havendo necessidade de intérpretes, quem é responsável por os disponibilizar e onde se devem encontrar a) quando são apresentados pedidos nos termos dos artigos 12.º a 14.º do Regulamento Obtenção de Provas e b) quando há obtenção de provas diretamente, nos termos dos artigos 19.º a 21.º do Regulamento Obtenção de Provas?

a) Em processos cíveis, a parte que solicita um intérprete normalmente trata de assegurar a presença de um intérprete e a sua remuneração. Não existe qualquer disposição sobre o local onde o intérprete se deve encontrar durante a audiência. Na prática, porém, o intérprete está presente na sala de audiências com os restantes participantes.

b) Se as provas forem obtidas diretamente, cabe ao tribunal requerente encontrar um intérprete.

## 8 Que procedimento é aplicável às diligências para a audição e para notificar a pessoa a ser ouvida relativamente à hora e ao local a) quando são apresentados pedidos nos termos dos artigos 12.º a 14.º do Regulamento Obtenção de Provas e b) quando há obtenção de provas diretamente, nos termos dos artigos 19.º a 21.º do Regulamento Obtenção de Provas? Em ambos os casos, com quanto tempo de antecedência em relação à data da audição deve a pessoa ser notificada para se considerar que foi suficientemente notificada?

Nos processos nos termos dos artigos 12.º a 14.º do Regulamento (UE) 2020/1783, os pormenores da realização da videoconferência, bem como outras diligências, são determinados entre os juizes dos tribunais requerente e

requerido antes da videoconferência. Aplicam-se as normas do processo civil para a notificação da pessoa/testemunha. Por conseguinte, a citação da testemunha é efetuada por um oficial de justiça e a pessoa é convidada a comparecer no tribunal com, pelo menos, sete dias de antecedência. Na data especificada, o examinador informará igualmente a pessoa/testemunha dos motivos da sua citação e fixará uma nova data para a audição/videoconferência, com a devida antecedência.

## 9 Quais são os custos da videoconferência e como devem ser pagos?

Não há custos para a utilização da videoconferência.

## 10 Quais são os requisitos, se os houver, para garantir que a pessoa ouvida diretamente pelo tribunal requerente foi informada de que a audição se realizará numa base voluntária?

A garantia recebida do tribunal requerente.

## 11 Quais são os procedimentos para verificação da identidade da pessoa a ouvir?

Quando uma pessoa é citada para comparecer em tribunal, deve fazer-se acompanhar dos documentos notificados, ou seja, a citação da testemunha efetuada por um oficial de justiça em conformidade com as regras processuais. Além disso, se surgirem dúvidas quanto à identidade da pessoa/testemunha presente, o examinador pode solicitar que seja apresentado um bilhete de identidade, um passaporte, uma carta de condução ou qualquer documento oficial equivalente que comprove a identidade da pessoa.

## 12 Quais são os requisitos aplicáveis à prestação de juramento e que informações deve o tribunal requerente prestar quando for necessário um juramento durante a obtenção direta de prova, nos termos dos artigos 19.º a 21.º do Regulamento Obtenção de Provas?

Antes de prestar depoimento, o juiz responsável perguntará à testemunha se pretende proferir uma declaração sob juramento ou compromisso de honra.

## 13 Que diligências existem para garantir que se encontra uma pessoa de contacto no local da videoconferência, com quem o tribunal requerente pode estabelecer contacto, e uma pessoa disponível para, no dia da audição, se encarregar do equipamento de videoconferência e resolver problemas técnicos?

A secretaria do tribunal efetua todas as diligências necessárias para prestar apoio técnico adequado antes e durante a videoconferência. Durante a videoconferência, estão presentes profissionais das TI para assegurar que aquela decorre sem problemas.

## 14 Sendo caso disso, que informações adicionais deve o tribunal requerente fornecer?

O tribunal requerente fornece todas as informações necessárias para a tramitação do processo. As eventuais informações adicionais necessárias podem ser facultadas em qualquer fase antes da realização da videoconferência.

Última atualização: 22/11/2024

A manutenção da versão desta página na língua nacional é da responsabilidade do respetivo ponto de contacto para a Rede Judiciária Europeia. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão e a RJE declinam toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.